

# PL aplica revés ao governo com ala radical em comissões

Governistas temem derrotas com Caroline de Toni (PL-SC) na CCJ e Nikolas Ferreira (PL-MG) na Educação



Poder. Caroline de Toni comandará a CCJ, colegiado mais importante da Casa



Conservador. Ni keas ganhou a Comissão de Educação; preocupação do PT

LAURIBERTO POMPEU  
E GABRIEL SARDIA  
publicaram este texto

O governo sofreu derrotas em série na Câmara ontem e viu deputados da ala mais radical do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, serem eleitos para comissões importantes da Casa. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde passam praticamente todos os projetos, será comandada por Caroline de Toni (PL-SC), enquanto a de Educação terá como presidente Nikolas Ferreira (PL-MG), um dos opositores mais ferrenhos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Integrantes da base temem que os espaços sejam usados para impor derrotas ao Palácio do Planalto, tumultuando ainda mais a relação com o Congresso.

Como de praxe, a Comissão de Segurança Pública será presidida por um integrante da bancada da base — neste caso, o deputado Alberto Fraga (PL-DF), amigo de Bolsonaro. O PL também ficou com as comissões de Esportes, com Antonio Carlos Rodrigues (SP); e da Família, com Pastor Eurico (PE) — ele é o relator do projeto que proíbe o casamento homoafetivo. Caberá ao PT, no entanto, o colegiado com maior volume em emendas de Comissão: a Saúde, com R\$ 4,5 bilhões disponíveis.

**SURPRESA PARA O GOVERNO**  
A escolha da CCJ já estava precipitada pelo PT desde a véspera, quando a distribuição dos espaços para os partidos foi definida em reunião entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários. Mas parlamentares da base reagiram com surpresa diante da escolha de Nikolas na Educação.

Governistas temem que o deputado do PL use o espaço para avançar propostas que

## Colegiados com presidências definidas

> **PL**  
O partido do ex-presidente Jair Bolsonaro ficou com a Comissão de Constituição e Justiça, de Educação e de Esportes. A CCJ, por onde passam quase todas as propostas em tramitação, o colegiado mais disputado. Também

estilo como o PL os colegiados de Família e Segurança Pública.

> **Republicanos**  
Comandará a Comissão de Viagem e Transportes e Comunicação.

> **PP**  
O partido do presidente da Câmara, Arthur Lira, ficou com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

> **PT**  
A sigla do presidente Lula comandará a Comissão de Saúde, que conta como maior volume de emendas a ser direcionada por deputados. R\$ 4,5 bilhões previstos no Orçamento da União. O PT também estará à frente de Fiscalização e Controle, Direitos da Mulher, Cultura, Direitos Humanos, Amazônia e Povos Originários.

> **PSDB**  
Ficou com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

> **União Brasil**  
Comissões de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Econômico, e Defesa do Consumidor.

> **PSOL**  
Comissão de Legislação Participativa.

vão contra o que o governo prega na área. Entre as preocupações estão iniciativas como o "Escola Sem Partido", demanda antiga da direita que é avaliada como censura aos professores por parte dos críticos; a militarização das escolas; e projetos que vão contra a vacinação nos colégios. Também há preocupação com a tramitação de projetos de interesse do ministro da Educação, Camilo Santana, como o Plano Nacional de

Educação e o Programa Pé-de-Meia, que incentiva financeiramente jovens a permanecerem na escola.

— Estou há 13 anos na comissão e nunca imaginei isso: um partido usar uma área tão nobre para fazer pirraça — disse o deputado Zeca Direto (PT-PR).

O deputado Rogério Correia (PT-MG) também mostrou preocupação:

— Não podemos transformar a comissão em um ringue

em que determinados projetos que têm vínculo ideológico estejam na pauta.

A avaliação do PT é que a escolha de Nikolas foi uma maneira de pressionar o partido de Lula a desistir da Comissão de Saúde. Pelo acordo definido entre Lira e os líderes, o PL teve direito a fazer a primeira pedida nas comissões, que foi usada para comandar a CCJ. Já o PT ficou com a segunda prioridade, que foi usada

para presidir a Saúde. O partido de Lula considerava essencial ter o espaço diante das cobranças feitas pelo Centro na liberação de emendas da área, o que tem desgastado a ministra da Saúde, Nísia Trindade, e inviabilizou um diálogo entre Lira e o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Líderes da base procuraram Lira para tentar adiar a instalação das comissões para negociar um acordo que impedisse Nikolas na Educação.

— Tem compromisso do líder (do PL) Alfinete (Córtes) de não criar nenhuma dificuldade nas políticas que o ministro (da Educação) Camilo está desenvolvendo — minimizou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), que também tentou reduzir o peso da escolha na CCJ.

Em seu primeiro discurso, Caroline De Toni disse que a condução dos trabalhos não será "contaminada" por questões ideológicas.

## Nunes Marques nega soltura de presos do 8/1

Ministro seguiu entendimento de não conceder habeas corpus contra decisão de outro magistrado

DANIEL GULLINO  
assim publicamos este texto

O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou um pedido para libertar todos os presos pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro. Marques seguiu o entendimento do STF de que não é possível conceder habeas corpus que contrarie a decisão de outro ministro da Corte.

O pedido foi apresentado pelo Instituto Nacional Brasileiro de Desenvolvimento Humano Sustentável. Além da liberação de todos os presos, com a substituição por

medidas cautelares, o instituto também solicitou que as ações fossem para a Justiça Federal.

Nunes Marques, contudo, ressaltou que o STF tem uma jurispridência de não analisar habeas corpus apresentado "contra decisão de ministro do Supremo Tribunal Federal ou contra acórdão de qualquer das turmas ou do plenário desta Suprema Corte". O ministro não chegou a analisar o mérito da questão, ou seja, se as prisões são justas ou não.

O relator dos inquéritos e ações penais do 8 de janeiro é o ministro Alexandre de Moraes. No início

de janeiro, cerca de 70 pessoas continuavam presas por relação com os atos golpistas.

**CONDENAÇÃO DE GOLPISTAS**  
Na segunda-feira passada, o Supremo condenou mais 29 pessoas pelos atos golpistas do dia 8 de janeiro. A Corte já havia condenado outras 30 pessoas a penas que variaram entre três e 17 anos de prisão. As defesas dos acusados sustentaram que não havia provas suficientes para a condenação do grupo.

Os ministros da Corte avaliaram as denúncias apresentadas pela Procu-

radoria-Geral da República (PGR). A situação de cada acusado foi verificada de forma individual, a partir da ponderação das provas produzidas ao longo do processo.

Os réus de 8 de janeiro foram denunciados por cinco crimes: abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado. Eles negam os crimes.

Todos os acusados fazem parte do grupo dos chamados "executores", ou seja, dos que foram presos dentro das sedes dos três Poderes.



Decisão. Nunes Marques negou substituição de prisão por medidas cautelares

res: Palácio do Planalto, Congresso e Supremo. Até agora, 116 executores dos ataques às sedes dos Poderes foram condenados pelo STF. O grupo invadiu e vandalizou os prédios de Congresso, STF e Palácio do Planalto.

A Procuradoria-Geral da República já denunciou pelos atos golpistas mais

de 1,3 mil pessoas. Desse, a Procuradoria negocia com mais de 1 mil acordos de não persecução penal, quando o acusado reconhece os crimes e não vai a julgamento. Essas tratativas ocorrem apenas com quem não participou diretamente da invasão — e estava acampado em frente aos quartéis do Exército.

## Deputados do ES livram Capitão Assunção da cadeia

Parlamentar foi preso por descumprir medidas cautelares; decisão será enviada ao STF

A Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) decidiu, na manhã de ontem, revogar a prisão do deputado estadual Capitão Assunção (PL-ES). A decisão — tomada por 24 votos a favor da revogação e quatro contrários — será encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição Estadual capitula prevê que prisão de um parlamentar deve

ser submetida à avaliação e validação da Casa.

Os sete membros da Comissão Especial criada para analisar o caso na Ales votaram acompanhando na íntegra o parecer apresentado pelo deputado Lucas Scarumissa (Fodemus) para revogação da prisão. Após o parecer ser apresentado e aprovado pelo colegiado, o texto foi para o plenário. A



Punição. Deputado Capitão Assunção: redes sociais suspensas por fake news

sessão contou com a presença de todos os 29 parlamentares da Casa.

— Nesta casa de leis o deputado vem desde o início da atual legislatura em compor-

tamento que não parece desobedecer a determinação do STF — afirmou o relator.

O parlamentar foi preso no último dia 29 após descumprir medidas cautela-

res determinadas pelo STF. Ele é acusado de ter participado de atos antidemocráticos, ataque aos ministros do Supremo e envolvimento em esquema de divulgação de fake news. Assunção estava proibido de deixar o estado e acessar redes sociais.

A determinação para a prisão partiu do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Desde dezembro de 2022, após uma ação da Polícia Federal, Assunção fazia uso de torção eletrônica. Na época, ele questionava o resultado das eleições presidenciais.

Em seus perfis na internet, também bloqueados por decisão judicial, ele chegou a escrever: "Repitam comigo: O STF deu um golpe de Estado."

Depois da "diploação", foram todos a festa de samba na casa do advogado Kay Kai e junto ao diplomado lajeado. Foram festejar o golpe na Democracia. #OLadraoNaoVaiSubirARampa".

Em fevereiro de 2023, Assunção retirou o tornozeleira eletrônica em uma sessão da Assembleia por quatro minutos e disse: "Só um instantinho que vou tirar um negócio que está me atrapalhando, senão não vou falar direito. Depois eu coloco de novo". Com o equipamento na mão, ele debochou do STF. Após sua prisão, o senador Magno Malta (PL-ES) postou vídeo no Instagram o defendendo: "O PL do Espírito Santo, está do seu lado". (Com.g)